



**Reunião Ordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
29.11.2012
Ata três/2012**

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de 2012, com início pelas vinte e uma horas e vinte minutos, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a terceira reunião ordinária de 2012 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;
3. Autorização Prévia Genérica dos projetos plurianuais para os compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que venham a celebrar-se até à próxima sessão da Assembleia Intermunicipal - Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro;
4. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para 2013;
5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Isabel Teodósio e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Período antes da ordem do dia.-----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir as faltas sem substituições, esclarecendo que o deputado Gonçalo Nuno Cardoso Pereira de Oliveira não poderia estar presente por motivos de ordem profissional e académica, tal como que o deputado Rui Monteiro Picciochi não poderia estar presente por motivos de doença de um familiar.-----

No que diz respeito às faltas com substituições, foi referida a falta do deputado Paulo Constantino, substituído pelo deputado Ricardo Honório, e a do deputado Ramiro Silvestre, substituído pelo deputado Manuel Sousa Ligeiro, que assumiram funções uma vez que já ambos cumpriram o respetivo compromisso de honra. -----

Retomaram funções, após suspensão, a deputada Maria Graciete Honrado e o deputado Bruno José da Graça Gomes.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu nota de que tinham sido distribuídas as declarações relativas ao pagamento das senhas de presença, para que os senhores deputados possam proceder à comunicação dos montantes recebidos junto das respetivas entidades empregadoras, nos casos aplicáveis.-----

Foi de seguida colocada a votação a ata da anterior reunião da Assembleia Intermunicipal, com a inclusão das alterações sugeridas pelo deputado João Simões. A ata foi aprovada sem votos contra e com 8 abstenções.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal abriu inscrições para intervenções no âmbito do período antes da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados Paulo Macedo e Luís Grácio. -----

Foi dada a palavra ao deputado Paulo Macedo que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referiu que estando a CDU presente nesta reunião não poderia deixar passar o momento sem afirmar o seu repúdio pela contínua ofensiva contra o Poder Local Democrático da Lei n.º 22/2012, cujo único objetivo é a extinção das freguesias. Disse que em alguns concelhos do Médio Tejo tinha havido aprovação, nas assembleias municipais e com a conivência dos executivos municipais, a proposta para a extinção de Freguesias. Registou que agora a denominada Unidade Técnica para a Reorganização (UTRAT), de legitimidade duvidosa, acolheu as propostas desses municípios.-----

Comentou que, a ser consumado este objetivo do PSD e também do CDS, seriam retirados às populações um conjunto de serviços de proximidade prestados pelas juntas de freguesia que, na maioria dos casos, é hoje a única entidade que presta serviços públicos.-----

Disse, ainda, que nenhum autarca de freguesia, câmara ou assembleia municipal, deputado ou membro do governo tinha legitimidade democrática para extinguir freguesias pois os programas eleitorais não continham tal proposta. Em coerência com a posição assumida pelos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos dos concelhos onde se encontra representada, apresentando e votando propostas a favor da manutenção de todas as freguesias, rejeitando e exigindo a revogação da lei que visa a sua extinção, a CDU, manifesta a sua oposição à liquidação de qualquer das freguesias existentes nos concelhos do Médio Tejo.-----

Alertou para a necessidade de continuar a responder a esta afronta ao Poder Local Democrático e aos interesses das populações. Realçou a luta da freguesia de Paialvo no Concelho, de Tomar, que, como é referido no seu comunicado distribuído à população, "mostraram a justeza da continuidade da sua integridade territorial,

recolhendo para tal, através de um abaixo-assinado, com cerca de oitocentas assinaturas. Fizeram uma grande concentração na sede da freguesia onde estiveram presentes muitos eleitos que já passaram pela freguesia, assim como, na maioria dos dirigentes das coletividades”, comentando que desta forma, lutando, conseguiram manter a sua freguesia. Referiu também que ficou provado mais uma vez que vale a pena lutar. Terminou a sua intervenção afirmando às populações e eleitos das freguesias que o governo PSD/CDS-PP quer extinguir, que a CDU manifesta publicamente a sua solidariedade para que seja combatida esta atitude arrogante e autoritária do governo PSD/CDS-PP que nada disto prometeu em campanha eleitoral. Por outro lado, referiu que o processo ainda não tinha acabado. As populações atingidas pelos pareceres e propostas “concretas” da Unidade Técnica, que visam extinguir as freguesias, deviam continuar a lutar e podiam contar com o apoio e solidariedade da CDU. Para concluir, disse ainda, que nenhuma freguesia tinha sido extinta até agora. Terminou referindo que era preciso que ficasse bem claro que são os partidos com assento na Assembleia da República, eleitos pelo povo, que irão decidir sobre esta matéria.-----

Foi de seguida dada a palavra ao deputado Luís Grácio que iniciou a sua intervenção referindo querer deixar a apreciação política acerca das Proposta de Lei 104/XII, a qual se propõe revogar partes significativas da lei 169/99, que regula o Regime Jurídico das autarquias locais.-----

Esclareceu que a proposta apresentada pelo governo, assentava num conceito centralizador e presidencialista, reduzindo as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais, designadamente pondo fim à figura da Moção de Censura. Outorga principalmente importância às Áreas Metropolitanas e às Comunidades Intermunicipais, reconhecidas como entidades intermunicipais.-----

Comentou que esta proposta de diploma já tinha merecido a reprovação unânime de todas as forças políticas, no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Além de outros aspetos lesivos da democracia local e regional, a proposta de Lei propunha-se a acabar com a Assembleias Intermunicipais, já eleitas indiretamente pelas Assembleias Municipais, sendo apesar de tudo minimamente representativa da pluralidade política das diversas comunidades e distinta em função da representatividade atribuída pelas populações de cada concelho – a qual será substituída por um Conselho Intermunicipal restrito, composto apenas pelos Presidentes de Câmara, e sem ter em conta as diferentes sensibilidades políticas representativas das originalidades populacionais existentes entre os diferentes municípios. Por sua vez, o novo órgão executivo, a chamada comissão executiva intermunicipal, muito restrita, sairá de um colégio eleitoral a constituir de entre as diversas assembleias municipais. Este colégio eleitoral extingue-se automaticamente após a eleição do órgão, não havendo quaisquer responsabilidades do Secretário Executivo perante os efémeros eleitores.-----

Comentou ainda, que era importante referir, que o poder de apresentação de listas para a Comissão Executiva Intermunicipal era exclusivo do presidente da assembleia municipal com maior número de mandatos atribuídos ao mesmo partido, ou seja, um processo extremamente limitado e impeditivo do surgimento de alternativas.-----

A proposta de Lei do governo pretende transferir para as entidades intermunicipais os poderes tributários dos municípios, o que, salvo melhor opinião, referiu este deputado, vai violar o artigo 254.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa e retirará aos que forem eleitos diretamente pelas populações a competência para a definição da política fiscal municipal.-----

Disse também, que segundo a ANMP, “a sujeição a um parecer de uma entidade terceira relativamente ao exercício de uma competência própria constitui uma violação dos princípios constitucionais de descentralização, da autonomia administrativa, patrimonial e financeira dos municípios”.-----

Um dos argumentos mais frequentemente esgrimidos contra a regionalização – um imperativo constitucional, recorde-se - é o de que criaria mais despesa, com cargos intermédios. Agora, era o próprio governo a propor uma choruda remuneração mensal superior a 4 mil euros para o primeiro secretário (executivo) das Comunidades Intermunicipais - um lugar que lhe parece ser talhado à medida de alguns presidentes de câmara que já não se podem recandidatar.-----

Voltou a referir o governo e, em particular o Ministro Miguel Relvas, como inspirador desta proposta de lei, continuando a fugir da democracia e da responsabilidade que esta acarreta, como o “diabo da cruz”. A ANMP defende, e bem, que as novas entidades intermunicipais “deveriam legitimar-se em sufrágio direito e universal”, situação esta que, referiu o senhor deputado, não é o caso. Ou seja, que deveria concretizar-se a regionalização.-----

Convidou a Assembleia e os autarcas desta CIM a debruçarem-se atentamente sobre este documento, que agrava o esvaziamento da expressão democrática local e encerra profundas implicações na essência do poder local. A ANMP vai mais longe e considera, inclusivamente, não ser “com as soluções apresentadas – amiúde feridas de inconstitucionalidade - que se cumprem os princípios para o qual o poder local foi instituído”.-----

A concluir, e dada a importância e o alcance desta matéria, referiu o deputado ser convenientemente público e alargado este debate, envolvendo os partidos, os autarcas e, de uma maneira geral, as populações e todos os interessados.-----

Esclareceu que o Bloco de Esquerda tinha apresentado na Assembleia da República o projeto de Lei n.º 317/XII, reforçando o papel dos órgãos deliberativos das autarquias locais e os mecanismos de Democracia Participativa. Disse ainda que, tal como com a exigência de referendos para a reforma territorial autárquica, o Bloco de Esquerda defende novamente o Poder Local.

O deputado Luís Silva pediu a palavra para colocar uma questão ao Senhor Presidente do Conselho Executivo. Foi-lhe referido que este tipo de intervenções não é suposto acontecerem nesta altura, até porque existe tempo próprio para abordar questões relativas à atividade da Comunidade Intermunicipal. Contudo, questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo para saber junto dos autarcas o que estava pensado para as Assembleias Intermunicipais.

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que sobre esta matéria tinha dado entrada na Assembleia da República uma proposta de lei. Disse que ainda não há nada finalizado, o que existe é um documento base de trabalho, que está a ser analisado. Referiu estarem a ser ouvidas outras entidades. Mais disse que, gostava de agir na presente reunião como Presidente da Assembleia e não como deputada.-----

Ordem do dia: -----

1. Informação da atividade da CIMT-----

Entrando no período da ordem do dia, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo que iniciou a sua intervenção revendo-se nas palavras que foram proferidas em relação do futuro das Comunidades Intermunicipais, apesar de ter sido referido por um partido bem mais à esquerda do que o dele.-----

Esclareceu que a proposta de lei deveria ser bem meditada, avaliada e claro, em primeiro lugar pelo PSD. Disse que não poderia deixar de referir a capacidade de diálogo do Secretário de Estado da Administração Local que era inequívoca. No seio da presente proposta de lei existem questões que não fazem sentido, na sua opinião. Chamou a atenção para a riqueza da nossa história municipal, referindo que temos municípios há já muitos anos. Mostrou-se muito preocupado com o

esvaziamento do papel das autarquias, referindo a importância da Comunidades Intermunicipais, mas, sem esvaziamento do poder local. Concordou que fazia sentido que algumas questões fossem analisadas em conjunto ao nível intermunicipal, dizendo que gostava que ficasse claro que a proposta de lei não estava toda mal feita. Reforçou a necessidade de ser efetuado um esforço que compatibilizasse o papel das comunidades intermunicipais e das câmaras municipais e informou formalmente os deputados que os municípios da Comunidade do Pinhal Interior Sul tinha concordado aderir a esta Comunidade Intermunicipal.---

Comentou, ainda, que o Conselho Executivo irá começar a trabalhar na Estratégia 2020, com a presença da empresa Augusto Mateus & Associados, na presença do Prof. Augusto Mateus. Está a ponderar, de igual modo, equacionar recorrer ao Instituto Politécnico de Tomar, para que seja feito um bom planeamento da região. Por outro lado, comentou que a ideia de trabalhar com o Prof. Augusto Mateus tem que ver também com a necessidade de aproveitamento de algum trabalho que já foi feito para a CIMT, evitando assim gastar mais dinheiro.-----

Referiu que o próximo quadro comunitário de apoio vai incidir em medidas intermunicipais e imateriais como é do conhecimento de todos.-----

Referiu também, que na reunião do Conselho Executivo a CIMT se tinha tomado posição quanto ao Mapa Judiciário e quanto às portagens na A23 e A13, junto das entidades competentes para o efeito.-----

No que concerne à atividade da CIMT propriamente dita, e um pouco mais detalhado, o Senhor Presidente do Conselho Executivo começou por abordar um estudo que estava já concluído sobre a mobilidade no Médio Tejo, referente ao projeto do Transporte a Pedido. Referiu estar-se a trabalhar para que existam transportes intermunicipais com articulação entre os três hospitais. Referiu a questão do projeto piloto em Mação, arrancando o mesmo em janeiro de 2013.-----

Temos tido uma parceria muito boa com o IPAMEI, Nersant e Tagusvalley, no âmbito do empreendedorismo, tendo a CIMT tido um papel de charneira com o apoio do IAPMEI.-----

Relativamente ao QREN, referiu estar a chegar ao fim, comentou que foram retirados muitas dezenas de euros aos municípios, e que fomos confrontados com a paragem de obras. Disse mais uma vez que o Médio Tejo é uma Comunidade de relevância a nível nacional e que a CIMT é o que é, também devido ao esforço e empenhamento da equipa técnica.

O Pinhal Interior Sul, como já tinha referido anteriormente, mostrou-se agradado com a possível adesão à CIMT, provavelmente também porque que nos vê com bons olhos, aliás, já estávamos a trabalhar juntos nos fundos comunitários e as nossas candidaturas estavam todas aprovadas. Tem havido um bom relacionamento. Referiu estar a decorrer no Médio Tejo o Programa Jessica de apoio à regeneração e reabilitação Urbana dos centros históricos do Médio Tejo. Está a ser efetuado um estudo neste âmbito. -----

Registou o bom andamento do SIG, explicando que se tratava de um candidatura FEDER de 2 milhões e meio de euros, referiu tratar-se das plantas de localização online, e que se prevê que todos os municípios em meados de janeiro tenham estas plantas de localização online disponíveis.-----

No âmbito do turismo referiu o estudo em curso, o Plano Estratégico de Turismo, que provavelmente terá se ser ajustado com a entrada do Pinhal Interior Sul.-----

Referiu também o Médio Tejo Digital, com um bom andamento, apenas se aguardando resposta no que concerne a financiamento.-----

Para concluir referiu que o orçamento hoje apresentado nesta reunião era o mais baixo dos últimos 7 anos.-----

A Presidente da Mesa referiu não ter inscrições por parte da Assembleia, contudo gostaria de referir, sobre a consulta da eventual adesão/fusão/agregação a esta CIM que, caso se concretize e no que concerne à Lei n.º 45/2008 e aos Estatutos,

não é obrigatória a vinda do assunto a este órgão. Referiu também a necessidade de ser uma situação a analisar com alguma calma e ponderação, dizendo que é sempre um bom sinal outros municípios quererem juntar-se a nós.-----

De seguida foi dada a palavra ao deputado Rui Ferreira, que pediu para intervir, comentado haver vantagens na junção com o Pinhal Interior Sul, pois iria permitir uma melhor gestão do território, dar-nos mais força. Por outro lado, no que concerne à questão da Beira Interior Sul, que também tinha sido uma possibilidade colocada em cima da mesa, referiu ter dúvidas pois considerava uma realidade completamente diferente. -----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo esclareceu este deputado que quando lhe foram apresentadas estas soluções também se deparou com dúvidas relativamente a esta possível adesão, até porque a Beira Interior Sul nunca colocou ao Médio Tejo a possibilidade de aderir a esta CIM. Referiu ainda não saber como esta situação se iria resolver, até porque a Lei não prevê situações em que municípios, no caso os da Beira Interior Sul, fiquem isolados.-----

Referiu que não iriam ser fáceis as decisões relativamente a este assunto. Gostaria de ver um debate aprofundado sobre esta matéria. Referiu a todos os deputados que estava agendada uma reunião no Castelo de Torres Novas com todos os Presidentes das Comunidades Intermunicipais da região centro para análise deste assunto. Vai estar também presente o Secretário de Estado da tutela, bem como, o Presidente da CCDR Centro.-----

2. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que neste ponto não teria de haver nenhuma deliberação, que apenas se tratava de uma listagem para a Assembleia Intermunicipal tomar conhecimento.-----

Face a este comentário, questionou os deputados se tinham alguma questão a colocar. Não havendo nenhuma intervenção passou-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

3. Autorização Prévia Genérica dos projetos plurianuais para os compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que venham a celebrar-se até à próxima sessão da Assembleia Intermunicipal – Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu que ao invés do ponto acima da ordem de trabalhos, este ponto 3. era objeto de deliberação. Referiu aos deputados que estava a ser feita uma proposta para que esta assembleia autorizasse a assunção dos compromissos dentro do que está e questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo se pretendia fazer uso da palavra, tendo-lhe sido referido que não havia necessidade.-----

Face ao exposto, este ponto foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, sem votos contra e sem abstenções, com a presença de 36 deputados na sala.-----

4. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIMT para 2013-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu passarmos ao penúltimo ponto da agenda.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo que referiu ser rápido, aliás, tão rápido como foi fazer este orçamento. Comentou que tendo em conta todas as condicionantes e mais algumas, a lei dos compromissos e todas as dificuldades com que nos temos vindo a deparar, a ideia deste orçamento assentou no pressuposto de gerir a casa, manter os postos de trabalho existentes, referindo não haver nada de novo. Contudo, alertou também que quer queiramos quer não iria ser apresentada uma nova legislação para regular as CIM, pelo que este orçamento estava por dias, até porque com a vinda do Pinhal Interior Sul tudo teria de ser novamente avaliado. Concluiu ser um orçamento de continuidade e contenção, na expectativa da entrada de novos municípios, reiterando que é o orçamento mais baixo dos últimos 7 anos.-----

Dada a palavra ao deputado João Simões, iniciou a sua intervenção referindo que regista com agrado que as fichas de projeto continuam a ser bem elaboradas e permitem uma leitura prospetiva e perspetiva das atividades e ações previstas, custos estimados e formas de financiamento. Comentou que as Opções do Plano e o Orçamento da CIMT para o ano de 2013 se reveem na continuidade dos projetos apresentados em anos anteriores.-----

Em relação às conclusões referiu "assim, para além das inúmeras atividades previstas e descritas nas Opções do Plano para 2013, prevê-se que as atividades de preparação correspondentes às mudanças que se avizinham, nomeadamente no que se refere à Estratégia 2020 e à reforma do Poder Local, sejam igualmente significativas para a CIMTC em 2013, esperando-se que as mesmas contribuam para a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade de serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis." Terminou a intervenção referindo fazer sinceros votos que assim seja, pronunciando "oxalá!". --

Foi de seguida dada a palavra ao deputado Manuel Ligeiro que disse também "oxalá assim seja!". Referiu ser um documento com informação boa de ler, explícita, nomeadamente as fichas de projeto. Chamou a atenção para a missão referida para 2013, solicitou que fosse alterado promover a redução da despesa pública, para promover a racionalização da despesa pública. Notou ser um orçamento pequeno.--

A Presidente de Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo que quis esclarecer o deputado Manuel Ligeiro, comentando que quando se fala na redução de despesa pública é no bom sentido, dando o exemplo da Central de Compras, através das economias de escala. Referiu que era muito importante mencionar, ainda não o tendo feito, que as câmaras municipais devem ao Médio Tejo um milhão e 400 mil euros e que acredita que através do PAEL as câmaras municipais vão proceder à regularização das verbas em causa, em dívida para com a CIMT.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu ser uma nota muito importante para a CIMT e para o tecido económico da região. Chamou a atenção para as próximas reuniões das Assembleias Municipais, para que em sede destas assembleias esta matéria pudesse ser abordada e analisada e se poder perceber melhor esta realidade.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo subscreveu o que foi referido pela Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, comentando que tudo teria de ficar decidido para entrar em vigor a 1 de janeiro.-----

Não havendo mais intervenções o documento das Opções do Plano e Orçamento foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, sem votos contra e sem abstenções, com a presença de 36 deputados na sala.-----

5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 Janeiro. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal registou que, não havendo público na sala, não existia intervenção do público, pelo que deu por terminada a reunião, agradecendo a todos a sua presença.-----
